

Procuradoria Geral do Distrito Federal

PG-DF

Analista Jurídico – Especialidade: Direito e Legislação

Volume I

DZ086-N9-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Procuradoria Geral do Distrito Federal - PG-DF

Analista Jurídico - Especialidade: Direito e Legislação

EDITAL Nº 1 - PGDF, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos sobre o Distrito Federal - Profº Heitor Ferreira

Legislação - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi

Direito Constitucional - Profº Ricardo Razaboni

Direito Ambiental - Profº Fernando Zantedeschi

Direito Civil - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Processual Civil - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito do Trabalho - Profª Natasha Melo

Direito Processual do Trabalho- Profª Natasha Melo

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso

Direito Financeiro - Profª Mariela Cardoso

Direito Previdenciário - Profª Mariela Cardoso

Direito Tributário - Profº Fernando Zantedeschi

Direito Urbanístico - Profº Ricardo Razaboni

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Aline Carvalho

Josiane Sarto

Leandro Filho

Roberth Kairo

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	01
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	08
Domínio da ortografia oficial.....	09
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	17
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	17
Emprego de tempos e modos verbais.....	22
Domínio da estrutura morfossintática do período.....	22
Emprego das classes de palavras.....	22
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.....	62
Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	62
Emprego dos sinais de pontuação.....	72
Concordância verbal e nominal.....	75
Regência verbal e nominal.	83
Emprego do sinal indicativo de crase.....	89
Colocação dos pronomes átonos.....	93
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	93
Significação das palavras.....	93
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	93
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	93
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	93
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).....	102

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE)	01
---	----

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do Distrito Federal. Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal. rganização do Distrito Federal. Organização Administrativa do Distrito Federal.....	01
Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).....	02
Decreto Distrital nº 37.297/2016 (Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo)...	32
Decreto Distrital nº 36.756/2015 e suas alterações (Sistema Eletrônico de Informações - SEI).....	41
Lei Complementar nº 395/2001 e suas alterações (organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal).....	45

SUMÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública. Conceitos. Elementos.....	01
Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.....	02
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa.....	04
Agentes públicos do Distrito Federal. Disposições constitucionais aplicáveis. Disposições doutrinárias. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar.....	10
Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).....	14
Poderes da administração pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder.....	43
Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	50
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso.....	53
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.....	55
Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	60
Controle da administração pública. Controle exercido pela administração pública. Controle judicial. Controle legislativo.....	111
Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.....	66
Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.....	77
Licitações e contratos administrativos. Legislação pertinente. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.....	87
Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).....	97
Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).....	103
Fundamentos constitucionais.....	104

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais.....	01
Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.....	02
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.....	29
Administração Pública. Disposições gerais, servidores públicos.....	43
Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.....	62

SUMÁRIO

Poder Legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases. Processo legislativo estadual, distrital e municipal: Normas constitucionais federais aplicáveis.....	65
Processo legislativo na Lei Orgânica do Distrito Federal. Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e atos normativos federais e distritais.....	69
Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito.....	89
Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências.....	90
Funções essenciais à justiça. Ministério Público, Advocacia Pública. Advocacia Privada e Defensoria Pública.....	104
Conselho Nacional do Ministério Público. Procuradoria-Geral do Distrito Federal na Lei Orgânica e na respectiva legislação complementar.....	107
Controle de constitucionalidade. Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Representação Interventiva. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Recurso Extraordinário. Súmula Vinculante. Reclamação Constitucional. Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos. Controle de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal.....	108

DIREITO AMBIENTAL

Direito ambiental constitucional. Meio ambiente como direito fundamental. Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. Competências ambientais legislativa e material. Deveres ambientais. Instrumentos jurisdicionais. Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental. Função ambiental pública e privada. Função social da propriedade. Art. 225 da Constituição Federal de 1988.....	01
Conceito de meio ambiente e seus aspectos. Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais. Conceito de biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Significado de direitos culturais.....	05
Princípios de direito ambiental. Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuáripagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. Princípios da tutela do patrimônio cultural. Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável.....	07
Política Nacional de Meio Ambiente. Objetivos. Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). SISNAMA. Estrutura e funcionamento. Lei nº 6.938/1981 e suas alterações. Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações. Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA). Resolução do CONAMA nº 237 (Licenciamento Ambiental). Resolução do CONAMA nº 378 (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional).....	10
Recursos hídricos. Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (instrumentos de gestão). Resolução do CNRH nº 16/2001 e suas alterações. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).....	19
Recursos florestais. Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002. Lei nº 11.284/2006 e suas alterações (Gestão de florestas públicas). Significado de gestão e de concessão florestal.	26
Espaços territoriais especialmente protegidos. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (SNUC). Tipos de unidades, objetivos e categorias.....	37

SUMÁRIO

Política urbana. Diretrizes, instrumentos e competência. Arts. 182 e 183 da Constituição Federal. Lei nº 10.257/2001 e suas alterações.....	39
Responsabilidades. Efeito, impacto e dano ambiental. Poluição. Responsabilidade administrativa, civil e penal. Tutela processual. STF, STJ e Tribunais de Justiça Estaduais. Papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente. Crimes ambientais. Espécies e sanções penais previstas. Lei nº 9.605/1998 e suas alterações. Decreto nº 6.514/2008 e suas alterações.....	41

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia das leis no espaço.....	01
Pessoas naturais. Conceito. Início da pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Domicílio.....	08
Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Constituição. Extinção. Sociedades de fato. Associações. Fundações.....	11
Bens imóveis, móveis e públicos.....	16
Fato jurídico. Negócio jurídico. Disposições gerais. Invalidade.....	20
Prescrição. Disposições gerais. Decadência.....	31
Obrigações. Características. Adimplemento pelo pagamento. Inadimplemento das obrigações - disposições gerais e mora.	34
Contratos. Princípios. Contratos em geral. Disposições gerais.....	42
Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. Obrigação de indenizar. Dano material. Dano moral.....	65
Lei nº 8.078/1990 e suas alterações. Consumidor. Fornecedor.....	67

Procuradoria Geral do Distrito Federal

PG-DF

Analista Jurídico – Especialidade: Direito e Legislação

Volume II

DZ086-N9-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Procuradoria Geral do Distrito Federal - PG-DF

Analista Jurídico - Especialidade: Direito e Legislação

EDITAL Nº 1 - PGDF, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos sobre o Distrito Federal - Profº Heitor Ferreira

Legislação - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi

Direito Constitucional - Profº Ricardo Razaboni

Direito Ambiental - Profº Fernando Zantedeschi

Direito Civil - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Processual Civil - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito do Trabalho - Profª Natasha Melo

Direito Processual do Trabalho - Profª Natasha Melo

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso

Direito Financeiro - Profª Mariela Cardoso

Direito Previdenciário - Profª Mariela Cardoso

Direito Tributário - Profº Fernando Zantedeschi

Direito Urbanístico - Profº Ricardo Razaboni

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Aline Carvalho

Josiane Sarto

Leandro Filho

Roberth Kairo

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). Normas processuais civis.....	01
Função jurisdicional. Ação. Conceito, natureza, elementos e características. Condições da ação. Classificação. Pressupostos processuais.....	08
Preclusão.....	10
Sujeitos do processo. Capacidade processual e postulatória. Deveres das partes e procuradores. Procuradores. Sucessão das partes e dos procuradores.....	10
Litisconsórcio.....	12
Intervenção de terceiros.....	15
Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.....	21
Ministério Público.....	23
Advocacia Pública.....	26
Defensoria Pública.....	30
Atos processuais. Forma dos atos. Tempo e lugar. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Distribuição e registro.....	31
Valor da causa.....	36
Tutela provisória. Tutela de urgência. Disposições gerais.....	37
Formação, suspensão e extinção do processo.....	40
Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. Procedimento comum. Disposições Gerais. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação, reconvenção e revelia. Audiência de instrução e julgamento. Providências preliminares e do saneamento. Julgamento conforme o estado do processo.....	41
Provas.....	49
Sentença e coisa julgada. Cumprimento da sentença. Disposições Gerais. Cumprimento. Liquidação.....	54
Procedimentos Especiais.....	56
Procedimentos de jurisdição voluntária.....	61
Processos de execução.....	68
Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.....	71
Livro Complementar. Disposições finais e transitórias.....	72
Mandado de segurança.....	75
Ação popular.....	79
Ação civil pública.....	82
Ação de improbidade administrativa.....	84
Reclamação constitucional.....	87
Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). Procedimentos.....	88
Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	98
Assunção de competência (IAC).....	108
Recursos.....	108
Precedentes vinculantes. Controle de constitucionalidade.....	116
Ação rescisória.....	123
Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.....	124

SUMÁRIO

DIREITO DO TRABALHO

Princípios e fontes do direito do trabalho.....	01
Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).....	04
Relação de trabalho e relação de emprego. Requisitos e distinção. Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso).....	04
Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. Empregado e empregador (conceito e caracterização). Poderes do empregador no contrato de trabalho.....	05
Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Responsabilidade solidária. Contrato individual de trabalho. Conceito, classificação e características.....	06
Alteração do contrato de trabalho. Alteração unilateral e bilateral. O jus variandi.....	06
Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Caracterização e distinção.....	07
Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Rescisão indireta. Dispensa arbitrária. Culpa recíproca. Indenização. Aviso prévio.....	09
Estabilidade e garantias provisórias de emprego. Formas de estabilidade. Despedida e reintegração de empregado estável. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Períodos de descanso. Intervalo para repouso e alimentação. Descanso semanal remunerado. Trabalho noturno e trabalho extraordinário. Sistema de compensação de horas.....	13
Salário-mínimo. Irredutibilidade e garantia.....	16
Férias. Direito a férias e sua duração. Concessão e época das férias. Remuneração e abono de férias.....	17
Salário e remuneração. Conceito e distinções. Composição do salário. Modalidades de salário. Formas e meios de pagamento do salário. 13º salário.....	18
Equiparação salarial. Princípio da igualdade de salário. Desvio de função.....	20
FGTS.....	24
Prescrição e decadência.....	25
Segurança e medicina no trabalho. CIPA. Atividades insalubres ou perigosas.....	26
Proteção ao trabalho do menor.....	40
Proteção ao trabalho da mulher. Estabilidade da gestante. Licença maternidade.....	41
Direito coletivo do trabalho. Convenções e acordos coletivos de trabalho.....	41
Direito de greve e serviços essenciais.....	47
Comissões de conciliação prévia.....	54

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Procedimentos nos dissídios individuais. Reclamação. Jus postulandi. Revelia. Exceções. Contestação. Reconvencção. Partes e procuradores. Audiência. Conciliação. Instrução e julgamento. Justiça gratuita.....	01
Provas no processo do trabalho.....	08
Recursos no processo do trabalho. Disposições gerais. Efeitos suspensivo e devolutivo. Recursos no processo de cognição. Recursos no processo de execução.....	09
Processos de execução. Liquidação. Modalidades da execução. Embargos do executado –impugnação do exequente	13
Prescrição e decadência no processo do trabalho.....	18
Competência da Justiça do Trabalho.....	19
Rito sumaríssimo no dissídio individual.....	20

SUMÁRIO

Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.....	20
Ação rescisória no processo do trabalho.....	21
Mandado de segurança. Cabimento no processo do trabalho.....	23
Dissídios coletivos.....	23

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios básicos. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.....	01
O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilicitude e causas de exclusão. Excesso punível.....	12
Crimes contra a fé pública.....	37
Crimes contra a Administração Pública.....	45
Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).....	53
Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente).....	56
Processo Penal Brasileiro. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.....	58
Fase Pré-Processual. Inquérito policial.....	61
Prova.....	64
Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.....	70
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.....	75

DIREITO EMPRESARIAL

Fundamentos do direito empresarial. Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. Teoria da empresa. Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. Lei Complementar nº 123/2006 (microempresa e empresa de pequeno porte). Prepostos do empresário. Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.....	01
Registro de empresa. Órgãos de registro de empresa. Atos de registro de empresa. Processo decisório do registro de empresa. Inatividade da empresa. Empresário irregular. Lei nº 8.934/1994 e suas alterações.....	13
Propriedade industrial. Lei nº 9.279/1996. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Propriedade industrial e direitos autorais. Patentes. Desenho industrial. Marca: espécies. Procedimento de registro. Indicações geográficas.....	24
Direito societário. Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo. Sociedades simples e empresárias. Personalização da sociedade empresária. Classificação das sociedades empresárias. Sociedade irregular. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Regime jurídico dos sócios. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Concentração empresarial e defesa da livre concorrência.....	27

SUMÁRIO

Direito falimentar. Lei nº 11.101/2005. Falência e recuperação de empresas (Lei nº 11.101/2005). Recuperação judicial e extrajudicial. Aprovação do plano de recuperação judicial. Classificação de créditos e tratamento aplicável ao crédito tributário. Principais atribuições da assembleia geral de credores, do administrador judicial e do comitê de credores. Hipóteses de decretação de falência. Efeitos da falência quanto à pessoa do falido, quanto às obrigações do falido, quanto aos contratos e quanto aos bens do falido. Arrecadação. Ação de responsabilidade. Pedido de Restituição. Embargos de Terceiro. Realização do ativo. Pagamento do passivo. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.....	42
--	----

DIREITO FINANCEIRO

Direito financeiro. Conceito e objeto. O Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. Normas gerais e orçamento.....	01
Despesa pública. Conceito e classificação de despesa pública. Disciplina constitucional dos precatórios.....	03
Receita pública. Conceito. Ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas.....	05
Dívida pública: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento.....	06
Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários.....	09
Fiscalização e controle orçamentário.....	15
Normas gerais de Direito Financeiro.....	18
Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.....	19
Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	20
Direito previdenciário: Seguridade social. Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil.....	24
Organização e princípios. Custeio da seguridade social.....	26
Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição.....	27
Regime geral de previdência social. Segurados e dependentes. Filiação – e inscrição. Carência. Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas. Salário-de-benefício. Renda mensal inicial. Reajustamento e revisão. Prescrição e decadência. Acumulação de benefícios. Justificação. Ações judiciais em matéria previdenciária. Acidente de trabalho.....	30
Regime próprio de previdência dos servidores públicos.....	35
Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.....	35
Previdência complementar.....	38
Leis Complementares Distritais nº 769/2008 e nº 932/2017.....	38

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Seguridade social. Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.....	01
Custeio da seguridade social. Receitas, contribuições sociais, salário de-contribuição.	08
Regime geral de previdência social. Segurados e dependentes. Filiação – e inscrição. Carência. Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas. Salário de-benefício. Renda mensal inicial. Reajustamento e revisão. Prescrição e decadência. – Acumulação de benefícios. Justificação. Ações judiciais em matéria previdenciária. Acidente de trabalho.....	09
Regime próprio de previdência dos servidores públicos.....	10
Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.	11

SUMÁRIO

Previdência complementar	12
Leis Complementares Distritais nº 769/2008 e nº 932/2017.....	12

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributo: conceito e classificação.....	01
Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal: princípios gerais; limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União; tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal; tributos de competência dos Municípios; repartição das receitas tributárias.....	06
Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.....	19
Responsabilidade tributária: conceitos; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.....	21
Interpretação e integração das leis tributárias.....	23
Fato gerador: conceito e características essenciais.....	26
Norma geral antielisão.....	26
Tarifa e preço público. Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 21, § 4º e § 4º-A.....	27
Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.....	29
Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. Incidência e não incidência. Representação fiscal para fins penais. Fases do processo fiscal no Distrito Federal (Lei Distrital nº 4.567/2011). 12.4 Lei Complementar nº 904/2015.....	29
Imunidade, isenção e anistia.....	46
Dívida ativa. Certidões Negativas.....	48
Processo judicial tributário.....	48
Ação de execução fiscal e embargos à execução. Lei nº 6.830/1980 (execução fiscal).....	49
Lei nº 8.397/1992 e suas alterações (Ação cautelar fiscal).....	57
Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária.....	59
Ação anulatória de débito fiscal.....	63
Mandado de segurança.....	66
Ação de repetição de indébito.....	67
Ação de consignação em pagamento.....	69
Ações de controle de constitucionalidade.....	74
Ação civil pública. Ação popular. Ação rescisória.....	80

SUMÁRIO

DIREITO URBANÍSTICO

Constituição Federal. Ordenamento Territorial. Competências Urbanísticas. Normas gerais. Lei Orgânica do Distrito Federal. Município. Política Urbana. Plano diretor, planos locais de desenvolvimento, Lei Complementar Distrital nº 948/2019 (Lei de Uso e Ocupação do Solo). Função social da propriedade urbana. Regiões Metropolitanas. Aglomerados Urbanos. Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE). Conselho de Planejamento Urbano e Territorial do Distrito Federal (CONPLAN).	01
Direito Urbanístico. Direito à Cidade. Autonomia científica. Princípios. Direito de construir e Direito de Propriedade. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. Poder de polícia urbanístico. Ordenação. Uso e ocupação solo urbano. Licenças urbanísticas. Responsabilidade administrativa. Infrações e Sanções administrativas. Responsabilidade civil e penal.....	08
Direito à moradia. Regularização Fundiária de Interesse Social. Lei nº 11.977/2009 e suas alterações; Lei nº 12.424/2011; Medida Provisória nº 2.220/2001 e suas alterações. Direito registral imobiliário.	12
Parcelamento do solo urbano. Lei nº 6.766/1979 e suas alterações. Regularização fundiária urbanística. Área de Preservação Permanente (APP) urbana. Estatuto da Cidade. Norma geral. Objetivos. Diretrizes. Instrumentos. Gestão Democrática das Cidades. Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor. Disposições Gerais.....	37
Concessão urbanística. Conceito. Natureza jurídica. Disciplina.....	47
Desapropriação. Conceito. Aplicações. Justa indenização. Recuperação das mais-valias urbanísticas. Processo. Procedimento. Judicial e administrativo.	47
Proteção do Patrimônio Cultural. Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais. Competências. Tombamento. Registro. Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. Função social da propriedade pública.	48
Tutela da Ordem Jurídico- Urbanística. Ação civil pública. Ação popular. Ações reais. Ações possessórias. Mecanismos extrajudiciais de conflito. Termo de Compromisso. Termo de Ajustamento de Conduta. Audiências públicas.....	49

ÍNDICE

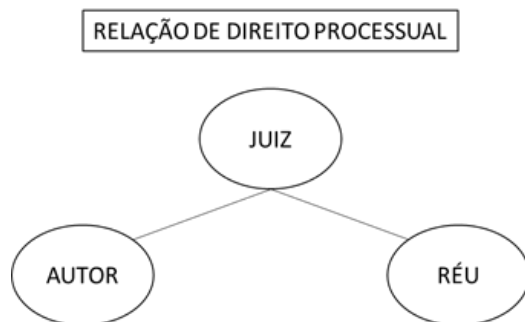
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). Normas processuais civis.....	01
Função jurisdicional. Ação. Conceito, natureza, elementos e características. Condições da ação. Classificação. Pressupostos processuais.....	08
Preclusão.....	10
Sujeitos do processo. Capacidade processual e postulatória. Deveres das partes e procuradores. Procuradores. Sucessão das partes e dos procuradores.....	10
Litisconsórcio.....	12
Intervenção de terceiros.....	15
Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.....	21
Ministério Público.....	23
Advocacia Pública.....	26
Defensoria Pública.....	30
Atos processuais. Forma dos atos. Tempo e lugar. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Distribuição e registro.....	31
Valor da causa.....	36
Tutela provisória. Tutela de urgência. Disposições gerais.....	37
Formação, suspensão e extinção do processo.....	40
Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. Procedimento comum. Disposições Gerais. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação, reconvenção e revelia. Audiência de instrução e julgamento. Providências preliminares e do saneamento. Julgamento conforme o estado do processo.....	41
Provas.....	49
Sentença e coisa julgada. Cumprimento da sentença. Disposições Gerais. Cumprimento. Liquidação.....	54
Procedimentos Especiais.....	56
Procedimentos de jurisdição voluntária.....	61
Processos de execução.....	68
Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.....	71
Livro Complementar. Disposições finais e transitórias.....	72
Mandado de segurança.....	75
Ação popular.....	79
Ação civil pública.....	82
Ação de improbidade administrativa.....	84
Reclamação constitucional.....	87
Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). Procedimentos.....	88
Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	98
Assunção de competência (IAC).....	108
Recursos.....	108
Precedentes vinculantes. Controle de constitucionalidade.....	116
Ação rescisória.....	123
Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.....	124

LEI Nº 13.105/2015 E SUAS ALTERAÇÕES (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). NORMAS PROCESSUAIS CIVIS.

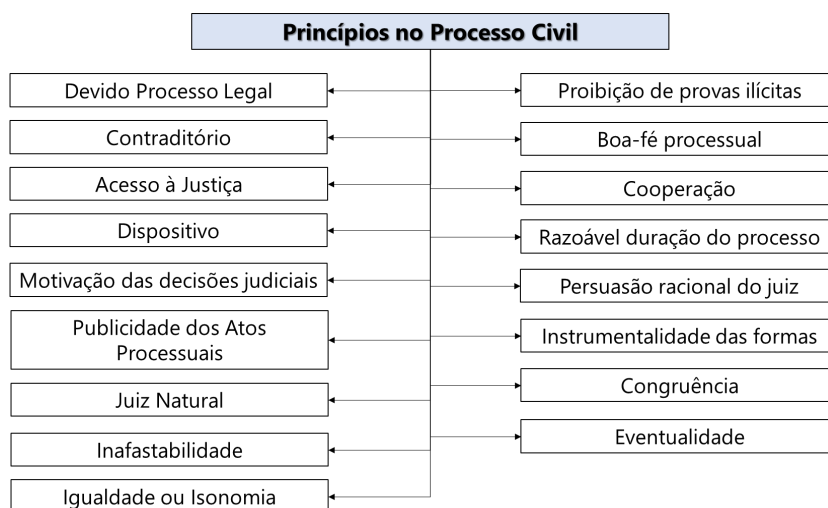
O Processo surgiu quando, em determinada época da evolução histórica, ao Estado foi atribuído o **poder-dever** de solucionar **conflito de interesses**.

As normas são, portanto, criadas para solucionar o conflito entre sujeitos, que recorrem ao Poder Judiciário, apresentando uma pretensão. Assim, só há conflito quando a situação é levada a juízo. Diante de uma relação processual, há a figura do juiz e das partes.



O Processo Civil é um ramo da ciência do Direito, composta por regras que tratam da aplicação da lei aos casos concretos, objetivando a solução dos conflitos de interesses pelo Estado-juiz.

A seguir, estudaremos os princípios que regem o Processo Civil:



Princípio do Devido Processo Legal (*Due Process of Law*)

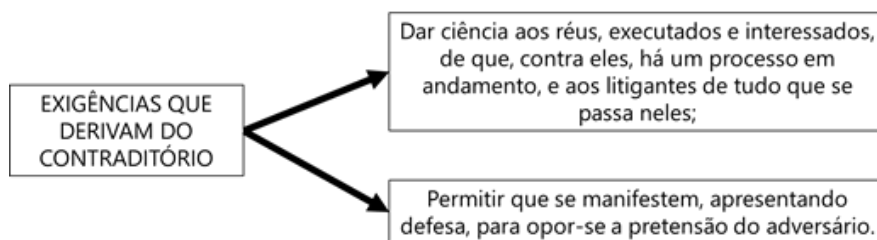
O Princípio do Devido Processo Legal também é conhecido como Princípio da Legalidade, que advém do artigo 5º, LIV, da Constituição Federal, que em seu texto determina: "Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".

Pela doutrina, é considerado *superprincípio* ou *supraprincípio* devido a sua função de coordenar e delimitar todos os demais princípios que informam tanto o processo como o procedimento. Todos os demais princípios que serão estudados derivam do princípio do Devido Processo Legal.

Princípio do Contraditório e Ampla Defesa

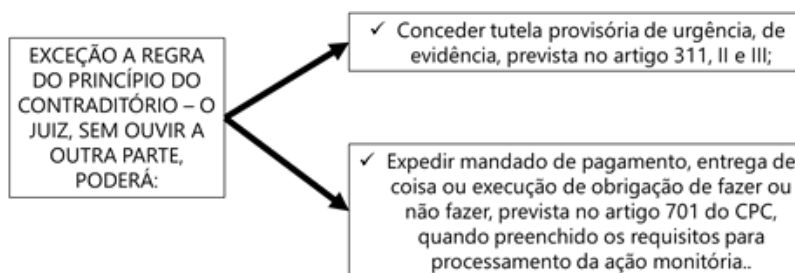
O Princípio do Contraditório está estabelecido no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, que determina: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o **contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes."

Desse princípio, derivam-se duas exigências, a saber:



Sem o efetivo contraditório, o processo não poderá seguir seu andamento regular.

A preocupação quanto a esse princípio está evidenciada no CPC, no seu **artigo 9º**, que estabelece: "Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que esta seja previamente ouvida".



Ainda, o **artigo 10 do CPC** ensina que: "O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício." Trata-se do **princípio da vedação a decisão surpresa**.

Como exemplo desse princípio, que elenca o contraditório de outro ângulo, se o juiz for reconhecer a prescrição ou decadência, ainda que possa fazer isso de ofício, deverá antes oportunizar que a parte se manifeste a respeito do tema.

A decisão surpresa deve ser vedada para que a parte possa apresentar argumentos que afastem a tese apresentada. Caso não proceda assim, haverá uma decisão que, por não oportunizar o contraditório, infringiu este dispositivo.

Princípio do Acesso à Justiça

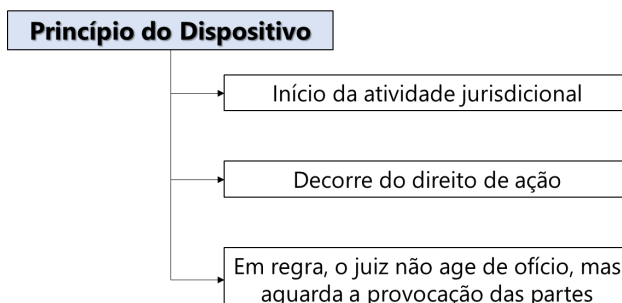
O Princípio do Acesso à Justiça é previsto na Constituição Federal, art. 5º, XXXV, que assegura: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Esse princípio, também chamado de Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, garante que, diante de uma lide, o jurisdicionado poderá buscar intervenção jurisdicional, visando uma solução efetiva. Por esse princípio, qualquer limitação à possibilidade de acionar o judiciário é indevida, pois contempla-se o acesso irrestrito à justiça.

Princípio do Dispositivo

Em decorrência do Princípio da Ação, as partes têm a sua disposição iniciar o processo. Nesse caso, a vontade das partes é fundamental e imperiosa, e o juiz é mero observador.

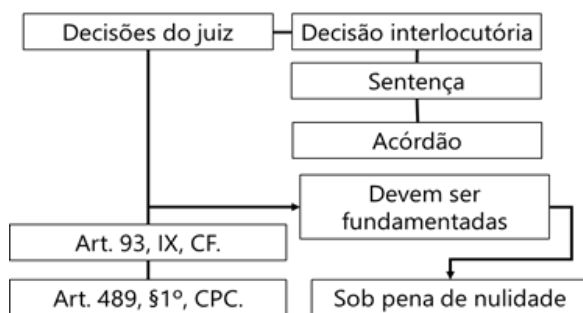
Está previsto no art. 2º do Código de Processo Civil, que determina que o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo às exceções previstas em lei.



Princípio da Motivação das Decisões Judiciais

O artigo 93, IX, da Constituição Federal, determina que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

Na falta de motivação de qualquer decisão, qualquer uma das partes poderá valer-se dos embargos de declaração, exigindo que o juiz fundamente a respectiva decisão embargada, podendo também valer-se do recurso adequado para postular a nulidade da decisão.

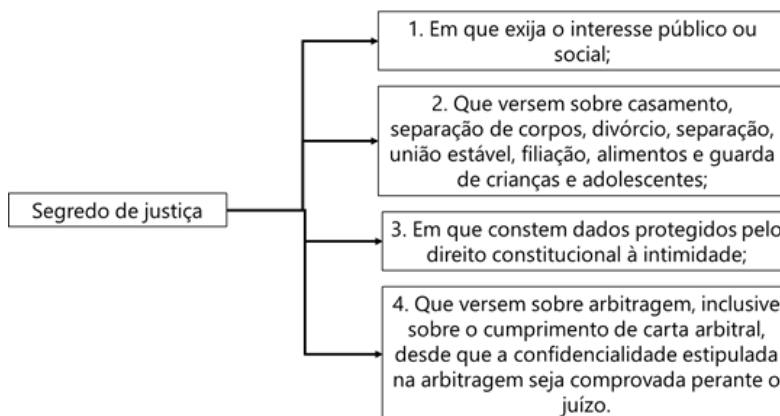


Princípio da Publicidade dos Atos Processuais

O Princípio da Publicidade origina-se também do artigo 93, IX da Constituição Federal, e prevê que os atos processuais e a tramitação do processo devem ser, em regra, públicos.

O Código de Processo Civil elenca esse princípio nos artigos 8º e 11.

Já o art. 189, do CPC, elenca as hipóteses em que o processo deverá ser sigiloso. São elas:

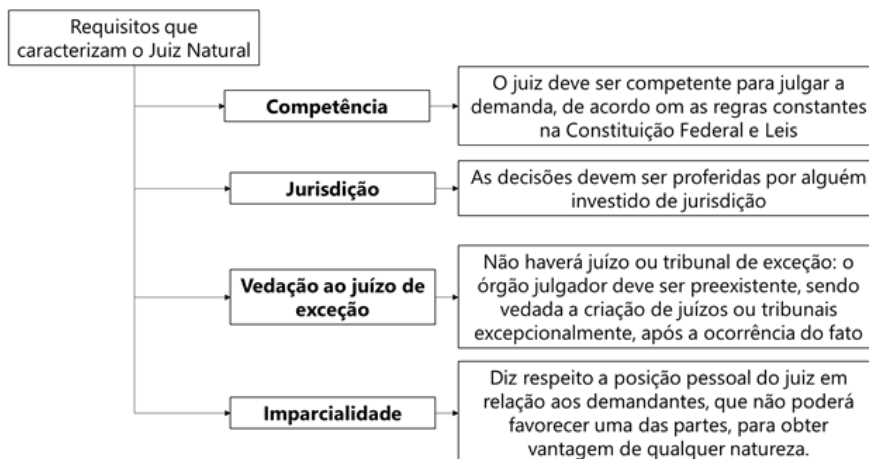


Princípio do Juiz Natural ou Investidura

O art. 5º da Constituição Federal, prevê o princípio do juiz natural em dois incisos: “XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção” e “LIII – ninguém será processado, nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Uma afronta a esse princípio seria se surgissem órgãos jurisdicionais transitórios e arbitrários ou foro privilegiado que não seja por prerrogativa do cargo ou função.

Para uma melhor compreensão, vamos elencar os **requisitos** que caracterizam o juiz natural:



Princípio da Inafastabilidade

Também conhecido como Princípio da Indeclinabilidade, e elencado no artigo 3º do Código de Processo Civil, significa dizer que toda lesão ou ameaça aos direitos poderá ser apreciada e decidida pelo Estado-Juiz.

A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário a lesão ou ameaça a direito, nos termos do art. 5º, XXXV da CF.



Princípio da Igualdade ou Isonomia

Previsto na Constituição Federal, no artigo 5º, *caput*, “todos são iguais perante a lei” e no Código de Processo Civil, no artigo 7º, que assegura às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais.

Esse princípio informa que o juiz deve tratar, na esfera processual, todos de forma igual.

Mas atenção, a lei cria mecanismos processuais **distintos entre litigantes**, sem que haja ofensa ao princípio da isonomia. Por exemplo, quando concede prazo maior ao Ministério Público e a Fazenda Pública para se manifestar nos autos, ou quando concede isenção de custas para a parte que comprova hipossuficiência.

Princípio da Proibição de Provas Ilícitas

Buscando proteger o valor da intimidade das pessoas, o artigo 5º, LVI, da Constituição Federal, deixa claro que “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”.

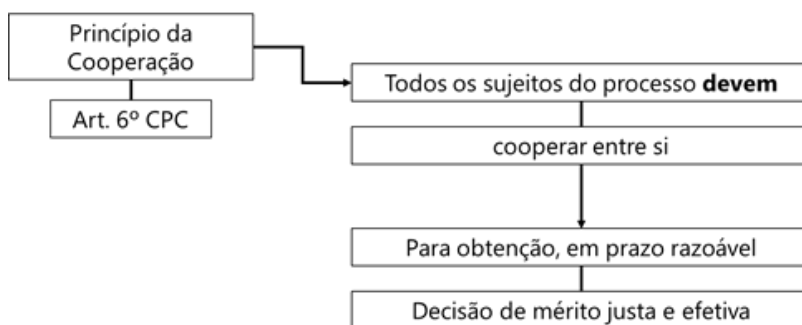
A prova ilícita juntada ao processo deverá ser desentranhada (arrancada), e não haverá sobre ela valor probatório, na análise do julgador. Ademais, se da prova lícita derivar provas ilícitas, o entendimento majoritário é de que persiste a nulidade. Trata-se da Teoria do Fruto da Árvore Envenenada. Todos os frutos (provas lícitas) que advêm dessa árvore (prova ilícita) estão envenenados (contaminados).

Princípio da Boa-Fé Processual

Essa norma está elencada no art. 5º do CPC. Embora as pessoas que recorrem ao Poder Judiciário estejam, na maioria das vezes, litigando entre si, o processo em si não pode ser ambiente de conflitos, com atuações desleais ou fraudulentas.

Por esse motivo, **todos os sujeitos que efetivamente participam do processo**, qualquer seja a natureza de sua atuação (juiz, promotor, partes, peritos, auxiliares da justiça etc.), devem conduzir o processo com moralidade, honestidade e lealdade, respeitando o dever de boa-fé processual.

Princípio da Cooperação



As partes devem, portanto, cooperar com o juiz, facilitando a produção de provas e informações, que possam formar o convencimento motivado do magistrado.

E o juiz deverá cooperar igualmente com as partes, como, por exemplo, esclarecendo-lhes aquilo que for necessário, apontando vícios existentes que possam ser corrigidos, em atenção aos artigos 321 e 332, § 2º, do CPC.

Princípio da Razoável Duração do Processo

Previsto no art. 4º do Código de Processo Civil, esse princípio determina ainda que “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

Ao mencionar a atividade satisfativa, é certo que o princípio em comento não se restringe apenas à fase de conhecimento, mas também ao cumprimento de sentença e execução.